

Mercado de trabalho na RMPA: desempenho ruim em 1996

*André Luiz Leite Chaves**

O ano de 1996 foi marcado pelo sucesso na redução dos índices de inflação. O Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 2,91%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando dois períodos distintos no que se refere ao nível de atividade: estagnação no primeiro semestre e uma recuperação forte no segundo. Porém, durante todo o transcorrer do ano, a atividade econômica esteve sempre sujeita às restrições impostas pelo esforço de estabilização, as quais tiveram impacto negativo sobre o mercado de trabalho no País. A taxa média anual de desemprego medida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, que engloba todas as atividades econômicas, encerrou o ano de 1996 acima do nível de 1995 (5,42% contra 4,62%).

O emprego formal da economia brasileira também registrou queda. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED-Lei nº 4.925/65) do Ministério do Trabalho, o balanço anual apresentou um saldo negativo (-1,22%), tendo sido perdidos 304.950 postos de trabalho no País. No Rio Grande do Sul, foram eliminados 32.036 postos; e, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), 14.556 postos.

Como era de se esperar, devido à complementaridade da economia gaúcha com a nacional, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul também enfrentou os mesmos problemas, os quais este artigo passa a analisar através do comportamento dos níveis da ocupação, do desemprego e da renda na RMPA, que representa cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana do Estado.

* Economista, Técnico da FEE e Professor da FAPCCA.

O autor agradece às Sociólogas Miriam De Toni e Norma Heminia Kreling e aos Economistas Calino Ferreira Pacheco Filho e Denise Zaions pelas diversas formas de apoio na execução deste texto.

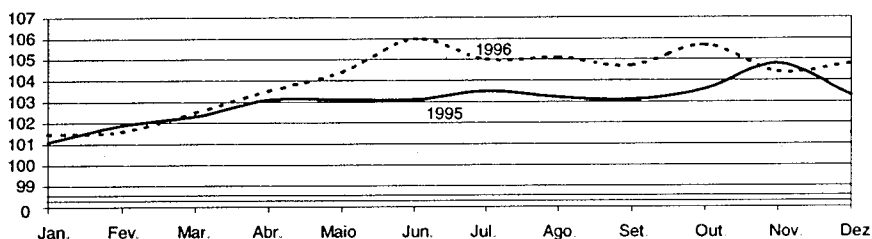
Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA) apontam, em 1996, um quadro desfavorável em relação a 1995. Na comparação entre os dois anos, constatou-se elevação do desemprego e uma retração da ocupação. Contrapondo-se esses resultados, apenas os rendimentos experimentaram uma ampliação.

1 - Ocupação em queda

A tendência demográfica do mercado de trabalho na RMPA foi de crescimento durante o ano de 1996. A População Economicamente Ativa apresentou uma elevação em seu contingente no primeiro semestre e uma relativa estabilidade no segundo, conforme demonstra o Gráfico 1. O número médio de participantes no mercado de trabalho, em 1996, foi de 1.509 mil pessoas, 22 mil a mais que em 1995. Como esse aumento relativo da PEA foi inferior ao verificado na População em Idade Ativa (PIA) — mais 90 mil pessoas —, a taxa global de participação média — que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas — recuou de 55,6% em 1995 para 54,6% em 1996. Tal comportamento acabou atenuando o incremento do desemprego no ano, conforme se verá adiante. O decréscimo da taxa de participação ocorreu tanto para os homens (-1,6%) quanto para as mulheres (-2,1%), e, segundo a idade, a queda foi generalizada, exceto para a faixa etária entre 25 e 39 anos, que teve um pequeno crescimento de 0,4%. As maiores quedas ocorreram para os jovens com idade entre 10 e 17 anos (-13,3%) e para os indivíduos com 50 anos e mais de idade (-5,5%).

Gráfico 1

Índice da População Economicamente Ativa da RMPA — 1995-96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

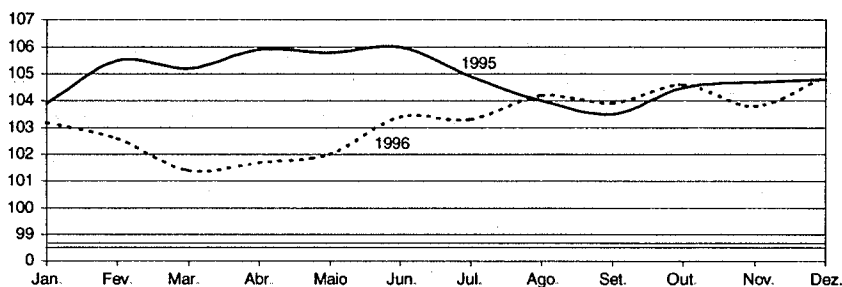
NOTA: Base média de 1993 = 100.

Segundo a PED, o nível de ocupação na RMPA retraiu-se em 1996. O número médio de ocupados na RMPA foi de 1.311 mil pessoas, 16 mil postos de trabalho a menos que em 1995. O desempenho foi de queda no primeiro trimestre e de recuperação, embora com oscilações, nos demais meses, porém insuficiente para repor os postos perdidos, se comparados aos de 1995, conforme mostra o Gráfico 2.

Outra característica observada quanto à queda do nível de ocupação foi que, dos 16 mil postos eliminados em 1996, 15 mil foram entre os homens, e os 1.000 restantes, entre as mulheres. Esse fato, que já vem se repetindo por dois anos consecutivos, pode ser um indicativo de uma maior participação da mulher na ocupação da RMPA. Em 1994, a distribuição percentual da ocupação dos homens foi de 60,4% e entre as mulheres, de 39,6%. No ano em análise, a participação dos homens caiu para 59,2%, e a das mulheres cresceu para 40,8%.

Gráfico 2

Índice do número de pessoas ocupadas na RMPA — 1995-96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Base média de 1993 = 100.

O balanço de postos eliminados e criados, por setor de atividade, pode ser visualizado no Gráfico 3. O setor de atividade que liderou a eliminação de postos de trabalho foi a indústria — menos 13 mil ocupações —, comportamento que vem sendo registrado desde 1994, comprovando a tendência de reestruturação produtiva por que passa o setor e os reflexos negativos da política econômica visando à estabilização dos preços.

Dentre os ramos mais afetados pela queda no emprego, destacam-se: mecânica (6 mil); mobiliário e produtos de madeira (3 mil); e química e

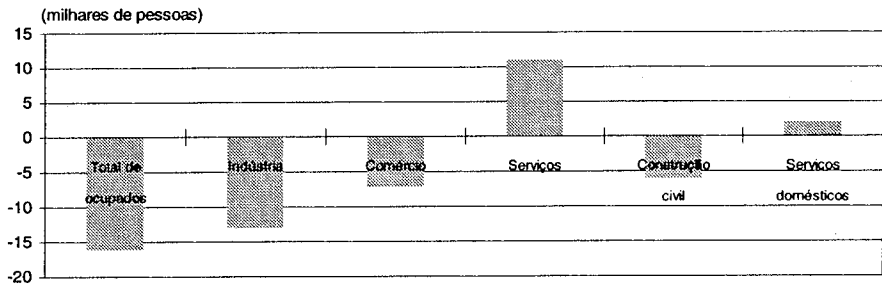
plásticos (2 mil). Ressalta-se a recuperação no emprego ocorrida no ramo calçados, que responde por, aproximadamente, um quarto do emprego formal na indústria de transformação na RMPA. Com a criação de 3 mil postos de trabalho, esse ramo industrial reverteu o comportamento declinante verificado no ano de 1995, devido à política de liberalização comercial, à sobrevalorização do real e a problemas na sua estrutura produtiva e na gestão de produção.

O setor comércio ficou em segundo lugar na eliminação de postos de trabalho (7 mil), seguido pela construção civil (6 mil).

Já o setor serviços, com incremento de 11 mil postos de trabalho, comprova ser o maior responsável pela geração de emprego na RMPA, pois sempre apresentou variações positivas nas médias anuais desde o início da PED, em 1993¹. Os ramos que mais contribuíram para a criação de postos de trabalho em 1996 foram: administração pública, forças armadas e polícia (12 mil) e educação (9 mil).

Gráfico 3

Variação do número de ocupados, por setor de atividade econômica, na RMPA — 1995/96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

O ano de 1996 foi ruim para os assalariados do setor privado. Essa categoria perdeu 40 mil postos de trabalho, sendo 23 mil para os com registro em carteira e 17 mil para os sem registro. O assalariamento no setor público, por sua vez, teve incremento de 5 mil ocupações.

¹ O primeiro ano completo da PED-RMPA foi 1993, embora a Pesquisa tenha iniciado em abril de 1992.

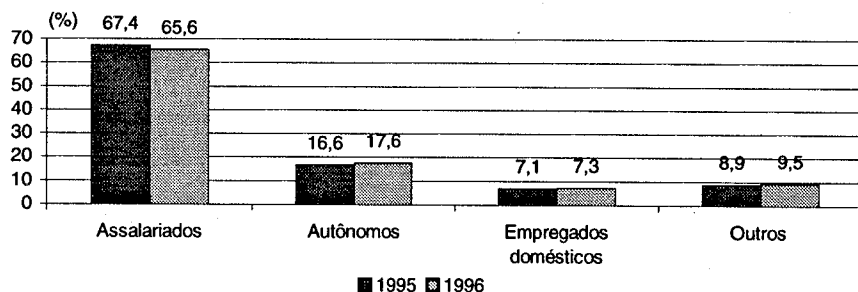
O segmento de autônomos acusou crescimento de 11 mil trabalhadores. Esse saldo positivo foi determinado pela criação de 15 mil postos para os que trabalham para as empresas e pela eliminação de 4 mil postos para os que trabalham para o público, o que pode ser um indicativo de um processo de terceirização registrado no mercado de trabalho, na RMPA. Quanto ao grupo outros, que engloba profissionais liberais autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, etc., foram criadas 6 mil novas ocupações.

Esse fenômeno que vem ocorrendo no mercado de trabalho da Grande Porto Alegre, de queda do número de assalariados e aumento do número de autônomos, reforça o que já vinha acontecendo no ano passado, isto é, uma tendência ao aumento da precarização nas formas de inserção da população ativa no mercado de trabalho.

No Gráfico 4, pode-se perceber que a participação dos segmentos informais cresceu em relação ao ano de 1995. Houve queda da participação dos assalariados no total dos ocupados, que passou de 67,4% em 1995 para 65,6% em 1996. Em contrapartida, categorias com inserção mais precária — autônomos e empregados domésticos — acusaram incrementos de 16,6% para 17,6% e de 7,1% para 7,3% respectivamente.

Gráfico 4

**Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação,
no trabalho principal na RMPA — 1995/96**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

2 - Desemprego: o patamar eleva-se

Os dados da PED-RMPA indicam que 1996 foi caracterizado por altas taxas de desemprego. A taxa média de desemprego total na Região atingiu 13,1% da PEA, superando a taxa média de 10,7% registrada em 1995 e configurando-se como a mais elevada desde 1993. O número médio de desempregados na Região aumentou de 160 mil pessoas em 1995 para 198 mil em 1996. Essa ampliação de 38 mil indivíduos no contingente de desempregados foi determinada pela eliminação de 16 mil postos de trabalho, associada ao acréscimo de 22 mil pessoas na PEA.

No Gráfico 5, observa-se que todas as taxas médias anuais, por tipo de desemprego², se situaram em patamares superiores aos do ano de 1995, com significativos aumentos: a de desemprego total aumentou 22,4%; a de desemprego aberto cresceu 12,3%; e a de desemprego oculto teve variação positiva de 53,8%. Ressalta-se que os 9,1% registrados como a taxa do desemprego aberto foi o patamar mais elevado para a taxa média anual da série PED-RMPA.

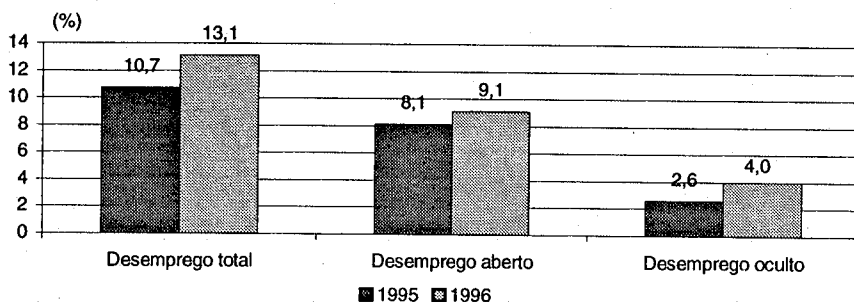
O comportamento da taxa de desemprego total no ano apresentou um movimento sazonal típico, de crescimento no primeiro semestre e de queda no segundo, acompanhando o reaquecimento da atividade econômica ocorrida nos últimos meses de 1996. Esse comportamento contrariou o verificado no ano de 1995, quando a taxa média do primeiro semestre foi inferior à do segundo, sugerindo que as dificuldades para o mercado de trabalho já se configuravam desde o final do ano passado, estendendo-se para o atual.

² O conceito dos tipos de desemprego utilizados pela PED-RMPA são **desemprego aberto**, pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; **desemprego oculto pelo trabalho precário**, compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício; **desemprego oculto pelo desalento e outros**, pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

A análise do comportamento do desemprego no ano, segundo os atributos pessoais, torna-se ainda mais preocupante quando se observa que foram os segmentos com maior responsabilidade no orçamento familiar os mais afetados pelo desemprego. Não obstante a Pesquisa haver constatado variação positiva da taxa de desemprego em todos os grupos populacionais, o Gráfico 6 destaca incrementos mais expressivos nas taxas de desemprego para os segmentos que têm uma responsabilidade maior no orçamento familiar — chefes de domicílio (37,7%), indivíduos de 40 anos e mais de idade (37,0%) e homens (34,8%) —, agravando ainda mais o aspecto social do desemprego.

Gráfico 5

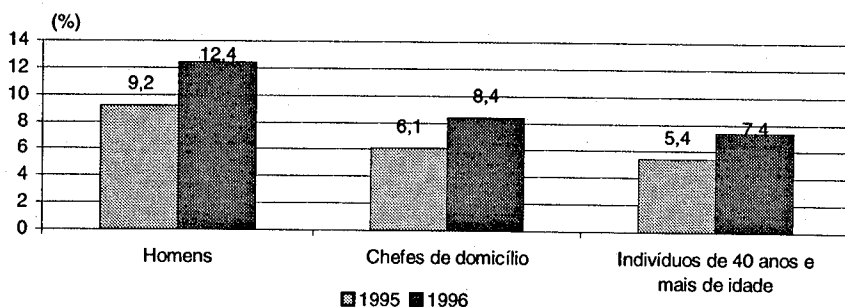
Taxas de desemprego, por tipo, na RMPA — 1995/96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 6

Taxa de desemprego, por atributo pessoal, para categorias selecionadas na RMPA — 1995/96



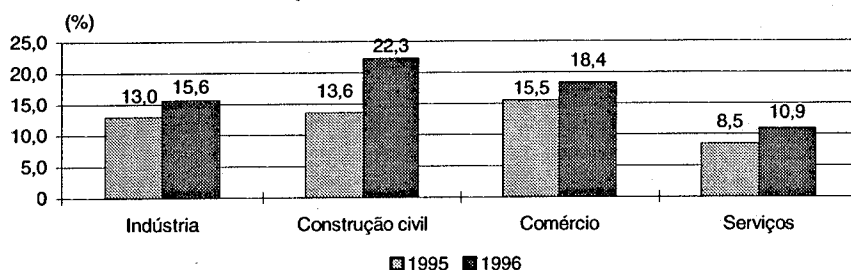
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Pode-se ter uma idéia das taxas de desemprego por setor de atividade econômica através do número de desempregados com experiência anterior de trabalho assalariado, por setor, em relação à respectiva PEA. Como se percebe no Gráfico 7, todos os setores apresentaram variações positivas em relação ao ano de 1995.

As variações mais significativas ocorreram na da indústria (20,0%) e no setor serviços (28,2%), pois, juntas, representaram 64,8% dos 26 mil desempregados com experiência anterior de trabalho assalariado.

Gráfico 7

Desempregados com experiência anterior de trabalho assalariado, por setor de atividade econômica no último trabalho, em relação à respectiva PEA, na RMPA — 1995-96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Outro aspecto desfavorável verificado no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre refere-se ao tempo médio despendido na procura de trabalho. O Gráfico 8 mostra que o número de semanas gastas na procura de emprego no transcorrer de 1996 foi sempre superior ao de 1995 e que a tendência, no ano em análise, foi de crescimento. Em termos de médias anuais, no Gráfico 9 constata-se que o tempo gasto pelos desempregados na procura de trabalho aumentou de 25 semanas em 1995 para 31 semanas em 1996. Para as pessoas em situação de desemprego aberto, esse período aumentou de 23 para 27 semanas e, para as que estavam em situação de desemprego oculto, passou de 32 para 40 semanas.

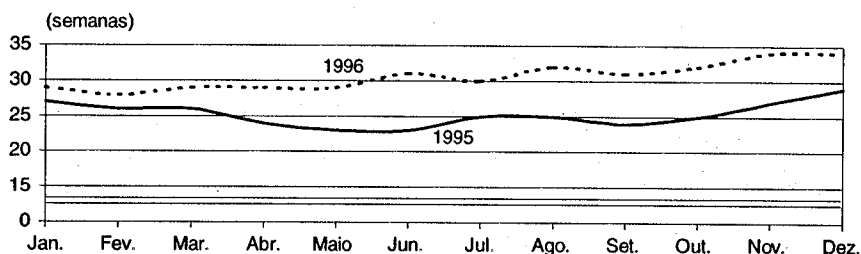
Tendo em vista essa realidade, pode-se concluir que a ampliação do prazo máximo de concessão do seguro-desemprego de cinco para sete meses, aprovada em agosto de 1996 e com vigência até dezembro, foi

insuficiente para uma significativa parcela de desempregados na RMPA. Isto porque o prazo de sete meses se aproxima apenas do tempo médio despendido na procura de trabalho para os indivíduos que se encontram na situação de desemprego aberto. Mesmo assim, as 27 semanas, que representam 6,3 meses, estão próximas do prazo máximo do seguro.

Já para as pessoas em situação de desemprego oculto, o tempo médio despendido foi de 9,3 meses, mais de dois meses superior ao limite máximo do benefício. Com os dados da PED, estimou-se que, em 1996, em média, um número superior a 61 mil pessoas levaram mais de sete meses na procura de emprego.

Gráfico 8

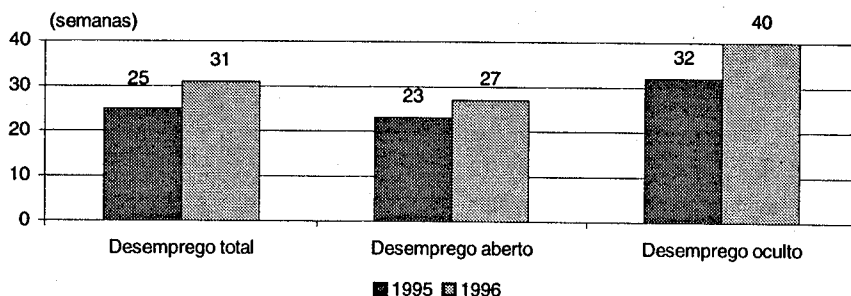
**Tempo médio despendido na procura de trabalho,
na RMPA — 1995-96**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 9

**Tempo médio despendido na procura de trabalho, segundo o tipo
de desemprego, na RMPA — 1995-96**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

3 - Rendimentos do trabalho: continua o crescimento

O ano de 1996 repetiu o crescimento expressivo e generalizado dos rendimentos na RMPA, à semelhança de 1995. Comparando-se os períodos de jan.-nov./95 e jan.-nov./96, para o conjunto dos ocupados, registrou-se variação de 8,0%, que elevou o rendimento médio real para R\$ 555,00. Para os assalariados, esse incremento foi de 9,4%, ficando o salário médio em R\$ 548,00, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por posição na ocupação e setor de atividade econômica, na RMPA — jan.-nov./95 e jan.-nov./96

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/95 (R\$)	JAN-NOV/96 (R\$)	VARIAÇÃO %
OCUPADOS (1)	514	555	8,0
Assalariados (2)	501	548	9,4
Setor privado	439	469	6,8
Indústria	435	465	6,9
Comércio	422	440	4,3
Serviços	456	491	7,7
Setor público (3)	751	830	10,5
Autônomos	513	513	0,0
Empregadores	1 366	1 374	0,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE; valores em reais de nov./96.

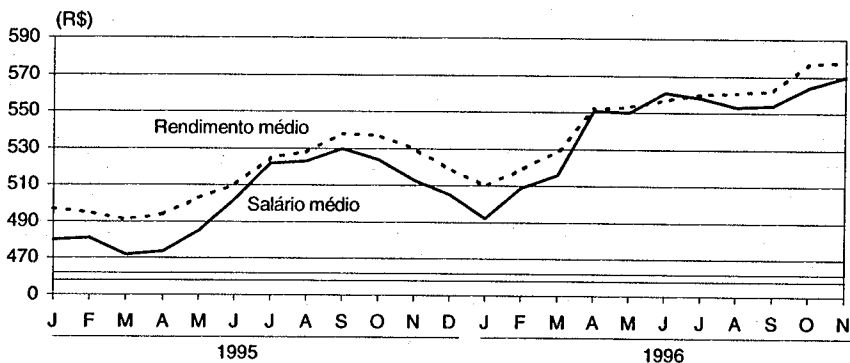
(1) Exclusive assalariados e empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias e nas fundações.

A menor variação no rendimento dos ocupados proporcionou uma alteração, no transcorrer do ano de 1996, no comportamento que vinha se verificando para esse indicador desde o final de 1994, quando os ocupados passaram a superar sistematicamente os assalariados no valor do rendimento médio real. O Gráfico 10 mostra que, a partir de abr./96, o valor do salário “colou” no rendimento dos ocupados, chegando a superá-lo em jun./96. Tal fato pode ser creditado a uma possível acomodação às condições do mercado por parte dos segmentos com

autonomia para estabelecerem os seus ganhos, os quais vinham obtendo vantagens em relação aos assalariados, pois não estavam sob a regulamentação das medidas disciplinadoras dos rendimentos do trabalho assalariado contidas na Medida Provisória nº 1.053³. Os autônomos e empregadores, que, em 1995, tiveram expansão de seus rendimentos médios excepcionalmente elevada diante das demais categorias de trabalhadores — agregaram mais de 21% às suas médias do ano anterior —, no período em análise praticamente não tiveram variação nos seus rendimentos. Verificaram-se estabilidade no rendimento dos autônomos e pequena variação positiva, de 0,6%, no rendimento dos empregadores.

Gráfico 10

**Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados
no trabalho principal, na RMPA — jan./95-nov./96**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Inflator utilizado: ICP-IEPE; valores em reais de nov./96.

2. O rendimento médio real mensal foi construído através de médias móveis trimestrais dos valores dos rendimentos.

³ Medida Provisória nº 1.053, de 30 de junho de 1995, que dispõe sobre a desindexação da economia.

Quando se analisa a evolução dos rendimentos do trabalho, segundo os setores de atividade econômica, observam-se variações positivas generalizadas frente ao ano anterior. A variação de 6,8% apresentada pelo setor privado refletiu desempenhos favoráveis dos salários pagos nos três grandes setores: serviços (7,7%), indústria (6,9%) e comércio (4,3%). O setor público, que engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal nas empresas de economia mista, nas autarquias e nas fundações, apresentou crescimento mais expressivo, com variação de 10,5% no período em análise.

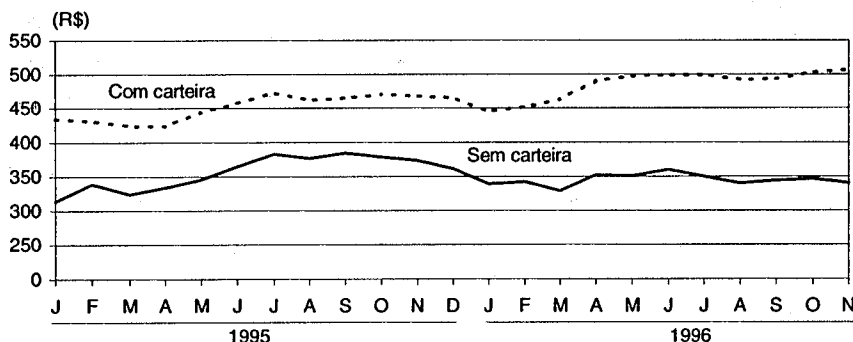
Em edição anterior desta revista (XAVIER SOBRINHO, 1996), fez-se referência ao fato de que o rendimento médio dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, no ano de 1995, havia crescido 29,0% relativamente ao ano anterior, contra os 6,0% dos trabalhadores com carteira. As hipóteses de que para o trabalhador seria vantajoso um salário com valor nominal mais elevado, mesmo abrindo mão das garantias trabalhistas — o que, no nosso entender, é altamente questionável —, e que os baixos custos da contratação sem registro compensavam, para o empregador, os riscos e as perdas de produtividade associados à informalidade estariam explicando como um grupo de inserção tipicamente precária conseguia reduzir, ao longo de toda a série da pesquisa da PED, o seu diferencial de rendimentos.

Contudo o ano de 1996 mostrou uma reversão desse quadro. Pelo exame do Gráfico 11, constata-se que esse ano foi mais favorável para os trabalhadores com vínculo formal, que tiveram os valores de seus rendimentos em níveis geralmente superiores aos do ano anterior. Já para os sem registro, o patamar de seus rendimentos ficou aquém do registrado em 1995. Como decorrência, observou-se, para o primeiro grupo, uma variação positiva de 8,0%, enquanto o segundo acusou variação negativa de 4,7%. Diga-se de passagem que essa categoria foi a única a apresentar variação negativa nos seus rendimentos médios no ano de 1996.

Tal evolução, conjugada à expressiva eliminação de postos de trabalho assalariado sem registro, parece sugerir que a informalidade é vantajosa apenas para o empregador. Num ano difícil para o trabalhador, em que cresceu o desemprego e reduziu-se a ocupação, é de se esperar que justamente o primeiro segmento a sofrer com o desemprego seja aquele que não tem a proteção das leis trabalhistas, hipótese que os dados tendem a confirmar.

Gráfico 11

Salário médio real no trabalho principal, no setor privado, segundo o registro em carteira de trabalho, na RMPA — jan./95-nov./96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./96.

2. O salário médio real mensal foi construído através de médias móveis trimestrais dos valores dos rendimentos.

A relativa estabilidade de preços durante o ano de 1996, dentre outros fatores, promoveu uma relativa redução da pobreza na Região, determinada por um crescimento real dos rendimentos mais baixos em maior proporção ao verificado para os de valor mais elevado. Isso proporcionou uma melhora na distribuição da renda do trabalho, seguindo a tendência já detectada no ano de 1995.

Todavia a Tabela 2 mostra que o acréscimo ocorrido no rendimento dos diversos grupos, no período analisado, apresentou algumas diferenças referentes ao comportamento do mesmo no ano anterior. Assim, entre os assalariados, de modo semelhante ao observado em 1995, as elevações mais acentuadas foram registradas para os segmentos de trabalhadores que perceberam as menores rendas — 12,8% para o Grupo 1 e 10,4% para o Grupo 2. Já para os ocupados, os maiores incrementos ocorreram nos grupos intermediários — Grupo 2 (8,7%) e Grupo 3 (8,6%) —, situados imediatamente abaixo e acima do rendimento mediano.

A reconquista de uma certa estabilidade dos preços fez com que os menores rendimentos recuperassem o seu poder aquisitivo. A Tabela 3 demonstra que, entre 1995 e 1996, ocorreu perda, embora pequena, de

participação na massa dos rendimentos dos 10% que ganham mais e, entre 1994 e 1996, aumento contínuo da participação dos 50% dos trabalhadores com os menores rendimentos.

Outro aspecto a ressaltar foi a substancial diminuição no conjunto dos trabalhadores recebendo até um salário-mínimo. Na RMPA, de acordo com as informações da PED, em 1994, 11,5% dos trabalhadores recebiam até um salário mínimo; em 1995, foram 8,3%; e, em 1996, não representavam mais do que 6,1% da força de trabalho.

Não obstante essa melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho, a desigualdade é ainda bastante elevada, como se verifica pela distribuição da massa de rendimentos pelos diversos grupos. Ou seja, enquanto o Grupo 1 participa com 6,8% da massa dos rendimentos da RMPA, o Grupo 4 participa com 58,5%.

Tabela 2

Índice do rendimento dos ocupados e dos assalariados, por grupos de trabalhadores, segundo o rendimento, na RMPA — 1994-96(1)

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	Δ% 1994/95	Δ% 1995/96
Ocupados					
Grupo 1 (2)	92,2	109,4	118,0	18,7	7,9
Grupo 2 (3)	91,9	106,5	115,8	15,9	8,7
Grupo 3 (4)	93,8	105,9	115,0	12,9	8,6
Grupo 4 (5)	96,6	102,5	110,4	6,1	7,7
Assalariados					
Grupo 1 (2)	91,7	104,5	117,9	14,0	12,8
Grupo 2 (3)	92,1	103,4	114,2	12,3	10,4
Grupo 3 (4)	95,4	103,0	112,9	8,0	9,6
Grupo 4 (5)	95,4	96,1	104,5	0,7	8,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Média de 1993 = 100.

(1) Período das médias anuais entre janeiro e novembro. (2) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos. (3) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano. (4) Corresponde a 25% do total de trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano. (5) Corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

Tabela 3

Estrutura da repartição dos rendimentos dos ocupados no trabalho
principal, na RMPA — 1994-96

ESTRATO DOS RENDIMENTOS POR ORDEM CRESCENTE	% DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS RENDIMENTOS POR ANO		
	1994	1995	1996
20%	5,56	4,88	4,87
40%	13,16	14,89	15,10
60%	25,88	26,58	26,89
80%	44,87	47,37	47,79
100%	100,00	100,00	100,00
10% com maiores rendimentos	32,03	35,86	35,50
50% com menores rendimentos	19,52	20,38	20,57

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

4 - Considerações finais

Com base no exposto neste artigo, percebe-se que o mercado de trabalho na RMPA, em 1996, não teve um desempenho favorável. Foram eliminados 16 mil postos de trabalho, com a indústria liderando o *ranking* das demissões. O desemprego atingiu o seu patamar mais elevado desde o início da PED-RMPA e só não foi maior devido à queda da taxa global de participação que esterilizou parte do impacto negativo do nível ocupacional sobre a magnitude do desemprego. Outro aspecto a ressaltar é que foram atingidos importantes segmentos da população no mercado de trabalho — homens, chefes de domicílios e indivíduos de 40 anos e mais de idade —, por sua maior responsabilidade no orçamento familiar.

A economia brasileira, frente ao processo de estabilização em curso e às reformas estruturais, tem gerado impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Setores que antes empregavam bem passaram a empregar menos. Com isso, reduzem-se as chances do emprego formal, o que leva o indivíduo a ser um trabalhador por conta própria, aumentando as relações precárias do emprego. Um chefe de família com 40 anos e baixa escolaridade — perfil de significativa parcela da PEA no País —, se perder o seu emprego, dificilmente encontrará outro com as mesmas condições do

anterior; é bem provável que permaneça desempregado, ou, numa hipótese mais otimista, parta para o auto-emprego.

O fraco desempenho do mercado de trabalho verificado na RMPA está indicando a necessidade de uma maior ênfase em ações que busquem minimizar as externalidades sociais negativas, que um caso como o exemplo do chefe de família desempregado possa gerar. São de fundamental importância ações, por parte dos governos, que modernizem o mercado de trabalho brasileiro, com um sistema de formação profissional competente ou de retreinamento para os que estão empregados, ou de assistência técnica e crédito para aqueles que se vêem obrigados a se lançar como microempresários.

Por último, a evolução mais favorável dos grupos de menores rendimentos ocorrida em 1995 desacelerou-se consideravelmente no ano em análise, dado que o diferencial de aumento foi bem menor em 1996. Isso indica que a relativa melhora na distribuição da renda observada após a implantação do Plano Real deve ser examinada com cautela. A perda de fôlego do crescimento dos menores rendimentos, percebida no ano, pode ser decorrência de um ajuste nas participações das classes de salários na massa de rendimentos na RMPA, e esta, por sua vez, está sendo ajustada ao ritmo de crescimento do Produto na Região.

Bibliografia

CARTA IBGE (1997). Rio de Janeiro : IBGE, v.2, n.1, fev.

INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1996). Porto Alegre : FEE, v.5, n.12, dez.

MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise (1996). Brasília : IPEA, n.2, set.

MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise (1997). Brasília : IPEA, n.3, jan.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme (1996). Mercado de trabalho esboça mudanças qualitativas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n. 1, p.86-106.